

research +

Especial 2022: retrospectiva e COP27





Retrospectiva 2022 Economia Política Internacional

A visão da economia política internacional ou, em outras palavras, da geopolítica e economia internacional, deve ser acompanhada pelas lideranças, porque revela cenários e esboça tendências de curto, médio e longo prazo que deverão ser levadas em consideração durante as tomadas de decisões estratégicas. A depender do setor e do grau de exposição e impacto a certos eventos, cenários ou tendências, deve-se ter atenção aos riscos diretos e indiretos que podem afetar os objetivos estratégicos da corporação. Muitas vezes, as empresas incorporam em seus dicionários dois tipos de riscos monitorados: geopolítico e de mercado. Nesta retrospectiva 2022, trazemos os principais marcos da conjuntura capturados ao longo das edições anteriores do Research + e, com isso, esperamos contribuir para a gestão estratégica e de riscos do seu negócio.

O ano de 2022 foi marcado por alternâncias de poder político significativas na Europa e América do Sul, pela invasão da Ucrânia pela Rússia, por pressões inflacionárias e pela normalização do cotidiano e do urbano com a vacinação contra a COVID-19. Na verdade, sabemos muito bem, desde 2020, os choques e crises multidimensionais da pandemia, bem como outros eventos importantes que impuseram à sociedade uma conjuntura complexa que exige atenção.

Podemos reconstituir essa complexidade em três momentos distintos para a economia e política internacional:

- Um primeiro momento, quando, diante da grave crise social e econômica desencadeada pela pandemia, os governos ao redor do mundo passaram a praticar políticas de aumento da liquidez e transferência de renda num contexto de juros baixos e de duas rupturas concomitantes, uma das cadeias de fornecimento e outra da demanda, ambas em decorrência do isolamento social, medida necessária para impedir o avanço ainda mais célere do coronavírus e de seus efeitos letais sobre a população. Nos países com moeda mais fraca, em especial, essas rupturas provocaram aumentos mais intensos dos preços.
- Em um segundo momento, houve uma relativa normalização dessas rupturas, em decorrência do avanço da vacinação e da continuidade das políticas de liquidez e transferência de renda, em um contexto de juros baixos e inércia do aumento dos preços que afetaram mais intensamente os países em desenvolvimento. Destarte, em 2021, a economia voltou a ter dinamismo e o PIB mundial cresceu 5,8%, tendo se recuperado da queda de -3,3% de 2020.
- E agora, em 2022, um terceiro momento que se desenvolveu ao longo do ano: um contexto altista das taxas de juros, pressão inflacionária observada agora com mais intensidade também nos países desenvolvidos, e estimativas de redução do crescimento econômico em 2023. Este cenário foi potencializado e antecipado pelo evento geopolítico da Guerra da Ucrânia, uma vez que este evento provocou a elevação dos preços de energia e alimentos. A atual conjuntura tem sido amplamente interpretada como de transição para um período de estagflação e “desglobalização”, que se desenvolve em um contexto de possível emergência de uma nova ordem mundial oriunda das recentes ações de política externa e econômica dos EUA-China-União Europeia e Rússia.
- Na frente política, após 16 anos como primeira-ministra da Alemanha, a saída de Ângela Merkel marca uma inflexão importante no campo político internacional. Seu sucessor, Scholz, apoiado pela Aliança entre os verdes, os liberais e o partido social democrático, promete um programa fortemente centrado na mudança estrutural rumo à economia verde e sustentável. A União Europeia quer classificar a energia nuclear e o gás natural como “verdes” dentro da Taxonomia, após os altos custos energéticos com dependência em matrizes não renováveis que impactam diretamente todo o continente. Para a UE, a transição para a economia verde é mais do que um compromisso contra as mudanças climáticas — em particular, a transição para fontes energéticas renováveis —, é igualmente entendida como pauta de segurança, e seu sucesso influenciará diretamente sua inserção geopolítica.
- Outro marco superimportante para o universo ESG e da Sustentabilidade foi a *Lei de Redução Inflacionária*, assinada pelo presidente norte-americano Joe Biden, que prevê investimentos bilionários para financiar a transição para a economia verde, com incentivos à indústria e às tecnologias verdes, especialmente as energéticas. A Alemanha também aprovou pacotes similares ao longo de 2022.
- O jogo geopolítico está mais acalorado desde a eclosão da Guerra da Ucrânia, e seus desdobramentos vão desde pautas atreladas a sanções, entre outras táticas, como a recentemente proposta pelo G7 de impor um preço-teto para o petróleo, até pautas consideradas mais estruturais do ponto de vista de médio e longo prazo, tais como já mencionamos, por exemplo, políticas que visam trazer maior segurança energética e que focam na transição para a economia verde.



Retrospectiva 2022 Economia Política Internacional

- Estes cenários se desenvolvem, como dito anteriormente, num contexto de alta das taxas de juros, que imporá desafios à manutenção do crescimento econômico no médio prazo. Veja abaixo as projeções de crescimento para 2023 das principais economias, a inflação e, ao lado, um quadro comparativo das taxas de juros:

	Índice de Preços ao Consumidor (%)			PIB (variação %)		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Global	4,7	8,8	6,5	6	3,2	2,7
América do Sul	12,1	17,4	14,3	7,3	3,6	1,6
Zona do euro	2,6	8,3	5,7	5,2	3,1	0,5
Alemanha	3,2	8,5	7,2	2,6	1,5	-0,3
França	2,1	5,8	4,6	6,8	2,5	0,7
Reino Unido	2,6	9,1	9	7,4	3,6	0,3
Japão	-0,2	2	1,4	1,7	1,7	1,6
Rússia	6,7	13,8	5	4,7	-3,4	-2,3
China	0,9	2,2	2,2	8,1	3,2	4,4
Índia	5,5	6,9	5,1	8,7	6,8	6,1
Brasil	8,3	9,4	4,7	4,6	2,8	1
México	5,7	8	6,3	4,8	2,1	1,2
EUA	4,7	8,1	3,5	5,7	1,6	1

Fontes: FMI (World Economic Outlook, out-2022, Valor Econômico)

Evolução na Taxa de Juros em 2022 por país		
Zona Econômica/Data	jan/22	dez/22
Zona do Euro	0%	2%
Brasil	9,25%	13,75%
Estados Unidos	0,25%	4%
Inglaterra	0,25%	3%
Rússia	8,50%	7,50%
China	3,85%	3,65%
Japão	-0,10%	-0,10%

Fonte: Trading Economics

- Podemos observar ainda alguns movimentos que indicam a possibilidade de mudanças importantes nos fluxos de fornecimento de alguns produtos. A instabilidade e choque provocados tanto pela pandemia quanto pela Guerra da Ucrânia fizeram com que países e empresas revisassem suas opções de fornecimento para realizar a gestão da crise. Por exemplo, numa tentativa de aproximação para conseguir maior fornecimento de petróleo, a União Europeia quer reativar o acordo nuclear com o Irã, assinado em 2015, mas posteriormente desativado no governo Donald Trump. A aposta é que o Irã passe a ser um braço de alívio para sua demanda de petróleo. A UE também aposta na aproximação comercial com o Sudeste Asiático, em cúpula que ocorrerá no mês de dezembro com foco na cadeia de suprimentos.
- Nessa mesma linha, também são projetados investimentos de infraestrutura na Europa para melhorar a logística de distribuição do gás, como a proposta alemã de construir um gasoduto que faria conexão entre Portugal e França, além de também estar sendo idealizada uma ligação com o Norte da África. Além disso, é problemático o caso dos fertilizantes, item importante para a agricultura e altamente dependente do gás, sendo este o motivo pelo qual a Europa passa por severa crise, o que a faz partir para a alternativa de compras de adubos naturais da África. Da mesma maneira, a Rússia passa para uma maior aproximação comercial e estratégica com a China, ao importar mercadorias que se tornaram inacessíveis por causa das sanções.

Em resumo, o ano de 2022 globalmente foi marcado por instabilidade, incerteza e pela famosa inflação. Os países estão agindo para tentar amenizar suas consequências, mas é inevitável que todos tenham que acabar pagando o preço de energia alto, *comodities* mais caras e gargalos logísticos.



Overview Economia e Política Internacional: novembro/dezembro

01

Novo dado sobre a dinâmica econômica dos países que compõem a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) aponta estimativa que o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,4% no terceiro trimestre de 2022.

Referências

- [PIB dos países da OCDE cresceu 0,4% no 3º trimestre de 2022 | Mundo | Valor Econômico \(globo.com\)](#)
- [Comércio de bens no G20 cai pela primeira vez em dois anos | Mundo | Valor Econômico \(globo.com\)](#)
- [Índice de atividade nacional dos EUA indica piora na produtividade, renda e mercado de trabalho | Mundo | Valor Econômico \(globo.com\)](#)

02

A OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) havia decidido cortar a produção de petróleo após anúncio do G7 (grupo dos países mais industrializados do mundo) sobre impor um teto para o preço do petróleo. Agora a OPEP+ (OPEP e seus aliados) cogita aumentar a produção.

Referências

- [Arábia Saudita quer que Opep+ aumente produção de petróleo com novas restrições a Rússia | Mundo | Valor Econômico \(globo.com\)](#)

03

O artigo abaixo faz um balanço das sanções contra a Rússia aplicadas pelo Ocidente e coloca em foco o aumento das exportações chinesas para o país e os esforços da diplomacia norte-americana para aumentar as sanções. Segundo a reportagem, estes esforços ocorrem na esteira do aumento das exportações à Rússia por parte de alguns países, retornando a níveis similares à pré-Guerra.

Referências

- [EUA pressionam aliados a aumentar sanções contra a Rússia | Mundo | Valor Econômico \(globo.com\)](#)
- [Comércio EUA-Europa cresce e reforça a aliança ocidental | Mundo | Valor Econômico \(globo.com\)](#)
- [Gastos da China com energia russa se aproximam de US\\$ 60 bilhões desde a guerra | Mundo | Valor Econômico \(globo.com\)](#)



Retrospectiva 2022 Economia Política Brasileira

Como o resto do mundo, o Brasil vive os momentos pelos quais a economia mundial vai passando. Porém, mais do que alguns outros países em desenvolvimento, é um ator chave do sistema internacional, uma vez que tanto sua realidade interna quanto as influências externas que sofre conformam parte do quadro mundial. É integrante dos BRICs, está entre as maiores economias mundiais, possui a maior diversidade do mundo, é um dos maiores exportadores de *commodities* e atua ativamente nos fóruns multilaterais de comércio, desenvolvimento e meio ambiente. Ao mesmo tempo, é um país com contradições e extremos econômicos e sociais.

Historicamente, em linha gerais, a economia brasileira possui um dinamismo profundamente associado aos ciclos de *commodities*, e o segmento industrial de mais alto valor agregado é pouco competitivo, sendo nosso setor externo dependente das exportações de *commodities*, fato que gera muitas vulnerabilidades, especialmente no que se refere ao dinamismo que influencia a taxa de juros, o câmbio e a inflação.

- Em 2022, a inflação acumulada dos últimos doze meses (ref. Out/2022) está em 6,47% (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA). Este número pode ser entendido como moderado quando comparado a outros países da América do Sul, contudo, em 2021, a inflação acumulada de janeiro-dezembro chegou à casa dos dois dígitos, em 10,06% (IPCA), e teve picos importantes em outros indicadores como o IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado). Em 2021, entre janeiro e dezembro, o IGP-M acumulou alta de 17,78% e, em 2020, para o mesmo período, de 23,14%. Por causa disto, no Brasil, o ciclo de alta da taxa de juros começou em 2021. A meta da Selic saltou de 2% ao ano na reunião do COPOM (Comitê de Política Monetária) em janeiro de 2021, para 13,75% ao ano na última reunião de outubro de 2022.
- Em 2022, o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil apontou que 33,1 milhões de pessoas não têm garantido o que comer — o que representa 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome. Segundo o estudo, mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave.
- Na frente comercial externa, as exportações do Brasil mantiveram-se altas, uma vez que os preços dos principais produtos exportados pelo país aumentaram na esteira das crises da pandemia e da Guerra da Ucrânia. Por outro lado, a desvalorização cambial

também contribuiu para o saldo comercial externo. O produto com maior participação nas exportações (janeiro/novembro 2022) foi a soja, representando 14,75% do total; com segunda maior participação, óleos brutos de petróleo representaram 12,29% do total exportado. Portanto, somados, estes dois elementos representaram quase 1/3 das exportações brasileiras no período. Em terceiro lugar, aparece o minério de ferro, com 8,70% do total. Somados, os três ultrapassam 1/3 do total¹. O índice de preços da soja (FMI) sai de 96.46 em 2020 para 139.26 em 2021; o índice do óleo bruto de petróleo saiu de 96.26 para 156.35; e o índice do minério de ferro saiu de 184.53 para 270.06 em 2021².

- Entre janeiro e novembro de 2022, as exportações aumentaram 19,9%, porém as importações tiveram um aumento ainda mais significativo: 25,5%. O saldo comercial nesse período acumula US\$58 bilhões, com crescimento de 0,7% frente ao mesmo período de 2021. Ainda que tenha aumentado, a variação do saldo em 2021, isto é, comparando o mesmo período do ano 2020, foi de 20,9%; portanto, fica um ponto de atenção na redução do ritmo de crescimento do saldo da balança comercial.
- Embora com variação positiva de 0,3% em outubro de 2022, a produção industrial encontra-se 2,1% abaixo de fevereiro de 2020 (pré-pandemia) e 18,4% abaixo do recorde de maio de 2011³. Ao longo de 2022, a produção industrial acumula variação negativa de 0,8% (-0,8%) e, no acumulado de 12 meses, tem variação também negativa de -1,4%.
- Segundo as estimativas do FMI (Fundo Monetário Internacional), para o Brasil, a projeção de crescimento do PIB em 2022 é de 2,8% e, em 2023, de 1% (World Economic Outlook, out/2022).
- Segundo o último boletim Focus, produzido pelo Banco Central do Brasil, a previsão de crescimento do PIB para este ano (em relação a 2021) é de 3,05% e com o câmbio a 5,25.
- Por fim, as eleições presidenciais de 2022 terminaram com a vitória do ex-presidente Lula, marcando potencial inflexão da política econômica e das pautas prioritárias interna e externamente.



Retrospectiva 2022 Economia Política Brasileira

- Principais destaques de Brasília em regulamentações (independentemente do status) ESG/GRC:
 - PL 1817/2022 (apensado ao PL 3899/2012): “Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis”) EMENTA “Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, a Lei nº 6.938, de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e a Lei nº 14.133, de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), fim de induzir a adoção de boas práticas ambientais, sociais e de governança.”
 - PL 1874/2022 Ementa: “Institui a Política Nacional de Economia Circular e altera a Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para adequá-las à nova política.”
 - Requerimento para discussão de Fundos de Investimento para financiar projetos de crédito de carbono. A criação desses fundos pode incentivar e auxiliar as iniciativas de transição energética e desenvolvimento sustentável. Reunião Conjunta (05/07/2022) - Comissão de Finanças e Tributação; Minas e Energia.



Overview Economia e Política Brasileira: novembro/dezembro

01

Na perspectiva ESG e de Sustentabilidade, o nível salarial é um assunto abordado principalmente no que se refere à diversidade, tendo como meta a equidade salarial. Contudo, outro lado importante deste tema se refere à remuneração justa. Segundo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos), em outubro de 2022, o salário-mínimo necessário é de R\$ 6.458,86, mas o salário-mínimo nominal é de R\$ 1.212,00. A família considerada para o cálculo do salário-mínimo necessário é de 2 adultos e 2 crianças. Em seu anexo metodológico, o DIEESE coloca que:

“A constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, define o salário-mínimo como aquele fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas (do trabalhador) e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo. (Constituição Federativa do Brasil, art. 7º - IV)” (DIEESE, p.)

Referências

- [Dois terços dos trabalhadores ganham até dois salários mínimos | Brasil | Valor Econômico \(globo.com\)](#)
- [DIEESE - análise cesta básica - Salário mínimo nominal e necessário - outubro/2022](#)
- [metodologiaCestaBasica.pdf \(dieese.org.br\)](#)



Retrospectiva 2022 Governança Global

A pauta da Governança Global permeou diversos temas em 2022, mas provavelmente o maior enfoque foi o ESG (Ecoambiental, Social e Governança). Diversos estudos e eventos contribuíram para o avanço da maturidade do tema, sendo alguns destaques:

- A mais recente divulgação científica do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) chamou máxima atenção para a curtíssima margem de tempo para manter o aumento da temperatura global em 1,5°C. Outro estudo, da Global Forest Watch, indica que 40% da destruição florestal (primárias tropicais) em 2021 ocorreram no Brasil.
- Tendo como objetivo chamar atenção e conter o processo de mudança climática, a União Europeia, Nova Zelândia, Equador e Quênia fomentam uma “Coalizão Inclusiva de Ministros do Comércio sobre o Clima”. Segundo o bloco, a iniciativa reflete um “compromisso comum de trazer a luta contra a mudança climática para a vanguarda da política comercial”.
- A reunião do G20 (grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo e a União Europeia) de julho, onde encontraram-se ministros de economia e presidentes dos Bancos Centrais, terminou refletindo o cenário de dificuldades para costurar consenso numa articulação das principais economias do mundo visando conter a inflação mundial e os problemas de oferta de alimentos. Ainda assim, em novembro, o grupo teve também sua reunião executiva, com chefes de Estado e de Governo, onde foram abordados três assuntos prioritários: a Transição Energética Sustentável, a Transformação Digital e Arquitetura Global de Saúde.
- Atualmente, existem na OMC (Organização Mundial do Comércio) três iniciativas de comércio ambiental em negociação: (i) *Trade and Environmental Sustainability Structured Discussions* (Discussões estruturadas sobre sustentabilidade ambiental e comércio); (ii) *Plastics Pollution and Environmentally Sustainable Plastics Trade* (Poluição de Plástico e Comércio ambientalmente sustentável de plásticos); e (iii) *Fossil Fuel Subsidies Reform* (Reforma de Subsídios de Combustíveis Fósseis). Podemos esperar que as empresas e países se preparem para essas novas rodadas de negociações. Na dimensão Social, a OMC está atualmente com o Grupo Informal de Trabalho sobre Comércio e Gênero (*Informal Working Group on Trade and Gender*). As empresas e investidores devem ficar atentos aos desdobramentos nestes fóruns, uma vez que seus resultados podem implicar novas lógicas tarifárias, barreiras e oportunidades comerciais, além de refletir tendências e direcionamentos para boas práticas que serão desenhadas e concebidas como produto da emergência de pautas socioambientais no âmbito do sistema internacional de comércio.



Governança Global (Especial COP27)

01

Representando a Vigésima Sétima cúpula da Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em 2022, a COP 27 foi concluída e estabeleceu diversas decisões. Preparamos um quadro resumo especial:

Decisões

Plano de Implementação Sharm el-Sheikh

O texto incorpora ênfase de que a conjuntura geopolítica e seus impactos sobre os mercados de energia e alimentos, bem como a conjuntura de recuperação econômica pós-pandemia, não podem servir de “pretexto” para negligenciar as ações climáticas.

Ciência e Urgência: reconhecendo a importância e imprescindibilidade dos estudos científicos, recebe as contribuições dos Grupos de Trabalho do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), o relatório de *gaps* do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e da OMM (Organização Meteorológica Mundial) sobre o estado climático atual. Diante da certeza de que os impactos serão menores num cenário de aumento global da temperatura em 1.5°C do que de 2°C, resolve adotar esforços adicionais para limitar o aumento da temperatura até 1.5°C.

Ambição e Implementação: a transição para o baixo carbono deve ser “ambiciosa, justa, igualitária e inclusiva”, e deve estar sempre em linha com os princípios e objetivos da Convenção, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris, assim como as decisões do Pacto Climático de Glasgow.

Energia: há necessidade de redução das emissões pelas partes em todos os “setores aplicáveis”, num contexto de “transição justa” e “cooperativa”, sendo reconhecido que a crise energética global acelera a necessidade de transformação dos sistemas energéticos, os quais devem ser mais “seguros, confiáveis e resilientes”, sendo necessário, ainda, buscar a diversificação entre fontes renováveis e com baixa emissão de carbono, “alinhadas às circunstâncias nacionais”.

Mitigação: reconhecimento de que, para limitar o aumento da temperatura global em até 1.5°C, a redução das emissões até 2030 devem ser de 43% comparativamente aos níveis de 2019, sendo não somente de CO₂, mas também de metano. Também encoraja os países a tomarem ações adicionais de redução dos gases e enfatiza a importância de “proteger, conservar e

restaurar a natureza e os ecossistemas para atingir a temperatura global do Acordo de Paris”, tanto terrestre quanto marítima, com proteção da biodiversidade e medidas protetora sociais e ambientais.

Adaptação: aponta preocupação em relação à distância entre os níveis atuais de adaptação e os níveis necessários para fazer frente aos efeitos climáticos, encorajando os países desenvolvidos a aumentarem suas provisões financeiras, transferência de tecnologia e construção de capacidade para adaptação aos países em desenvolvimento, de modo a tornar factíveis os planos nacionais de adaptação. Sinaliza a importância do Fundo para os Países Menos Desenvolvidos e do Fundo Especial para Mudança Climática como receptores de contribuições oriundas dos países desenvolvidos. Ênfase sobre a necessidade de “proteção, conservação e restauração da água e seus ecossistemas”.

Perdas e Danos: incorpora grave preocupação quanto aos impactos associados às mudanças climáticas em todas as regiões do planeta, que provocam “perdas econômicas” e “não-econômicas”. Entre estas últimas, lança atenção sobre o “deslocamento forçado” e comprometimento do “legado cultural, mobilidade, a vida e modos de vida de comunidades locais”, absorvendo a importância da pauta para endereçar repostas às “perdas e danos” associados. Também incorpora preocupação quanto às consequências financeiras associadas aos eventos de perdas e danos sobre os países em desenvolvimento, particularmente, no que se refere ao potencial de crescimento da dívida e consequente aumento das dificuldades para atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Acolhe a pauta sobre arranjos de financiamento para perdas e danos e sobre as decisões da “rede de Santiago” e do “*Funding Arrangements for responding to loss and damage associated with the adverse effects of climate change, including a focus on addressing loss and damage*”. Estabelece a Governança da Rede de Santiago (“*Santiago network for averting, minimizing and addressing loss and damage under the Warsaw International Mechanism for Loss and Damage associated with Climate Change Impacts*”), onde a continuidade da governança do Mecanismo Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos será completada em sua próxima reunião em novembro-dezembro de 2023. Também foi decidida a criação de um fundo para perdas e danos aos países pobres e impactados com intensidade mais grave pelos eventos extremos das mudanças climáticas, onde será criado um Comitê de Transição para operacionalização.



Governança Global (Especial COP27)

Aviso Antecipado e Observação Sistemática: dá ênfase à necessidade de solucionar problemas de capacidade de observação a alertas antecipados, frisando que, por exemplo, “1/3 do mundo e 60% da África não possui sistemas de alerta nem serviços de informação climática”. Acolhe o chamado do Secretário Geral das Nações Unidas para uma “cobertura universal dos sistemas de alerta contra eventos de extremidade climática visando os próximos 5 anos”.

Implementação - caminhos para transição justa: afirma que as soluções justas e sustentáveis devem ter como premissa a inclusão de todos os stakeholders numa ampla rede de diálogo participativa, dado que a transição implica transformações em múltiplas dimensões (“energética, socioeconômica e de trabalho, entre outras”), cujos efeitos fazem emergir a necessidade de “proteção social” de acordo com a realidade de cada país. Ainda, os processos de transição devem estar alinhados às “prioridades de desenvolvimento nacionais”.

Financiamento: projeta que, para atingir a meta net zero de emissões em 2050, será preciso investir aproximadamente US\$ 4 trilhões por ano em energias renováveis até 2030; e que uma “transformação global rumo a uma economia de baixo carbono” necessita de investimentos da ordem de US\$ 4 a 6 trilhões por ano. Dá ênfase ao fato de que esses montantes exigem novos arranjos que implicam na transformação de “estrutura e processos do sistema financeiro”, que deve articular “governos, bancos centrais, bancos comerciais, investidores institucionais”, entre outros agentes do sistema financeiro mundial. Enfatiza, também, a preocupação sobre o endividamento dos países em desenvolvimento para implementar seus NDCs (*National Determined Contributions* ou Contribuições Nacionalmente Determinadas, em português), estando estimado já um montante necessário de aproximadamente US\$ 5,8 a 5,9 trilhões de dólares só para o período pré-2030. Ademais, frisa a preocupação de que a meta dos países desenvolvidos de fornecimento de US\$ 100 bilhões por ano aos países em desenvolvimento ainda não tenha sido cumprida, sendo necessário que esse, bem como outros fluxos financeiros, sejam estabelecidos em direção aos países em desenvolvimento. Ressalta que, atualmente, esses fluxos financeiros estão aquém em aproximadamente 70% do que seria necessário por ano; em 2019 e 2020, atingiram US\$ 803 bilhões, valor equivalente a aproximadamente 31 - 32% do necessário para manter a temperatura global nas metas do Acordo de Paris.

Transferência de Tecnologia: programa conjunto do Comitê Executivo de Tecnologia e da Rede do Centro de Tecnologia Climática para 2023 - 2027, que trará estudos e conclusões sobre as “necessidades tecnológicas, planos de ação e road maps”. Dá ênfase à necessidade de cooperação na temática tecnológica e acolhe as conclusões do Órgão Subsidiário para Implementação para continuar o Programa Estratégico de Poznan sobre Transferência de Tecnologia⁴.

Construção de Capacidades: enfatiza que ainda há gaps de capacidade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, fazendo chamado para que os primeiros aumentem seu apoio.

Taking Stock: importância da revisão periódica da meta global de longo prazo da Convenção.

Oceanos: acolhe os “resultados e mensagens do Diálogo de Oceanos e Mudanças Climáticas de 2022, sendo que os próximos diálogos, a partir de 2023, deverão ter dois co-facilitadores escolhidos a cada dois anos pelos Estados Parte e deverão escolher os tópicos sob consulta dos Estados Parte e observadores, onde deverá ser apresentado um resumo para a COP seguinte”. Também encoraja os países a incluir “ações oceânicas” ou “ações baseadas em oceano” em suas metas, planos de adaptação e NDCs.

Florestas: atenção para que os países promovam reflorestamento; preferência por “soluções baseadas na natureza” ou “abordagens ecossistêmicas” na mitigação e adaptação, que devem ser acompanhadas por “salvaguardas sociais e ambientais”.

Agricultura: acolhe o trabalho conjunto Sharm-el Sheik sobre implementação de ações climáticas na agricultura e segurança alimentar.

Fortalecimento da Implementação - ações dos stakeholders não-Parte: reconhece a importância dos “povos indígenas, comunidades locais, cidades e sociedade civil, crianças e juventude”. Encoraja a “participação igualitária das mulheres nas ações climáticas”, com previsão para implementação do Programa de Lima sobre Gênero = diálogo e engajamento multistakeholder.



Governança Global (Especial COP27)

01

Planos Nacionais de Adaptação: acolhimento e agradecimento pelos Planos Nacionais de Adaptação submetidos em 2021 e 2022 pelo Cabo Verde, República Centro Africana, Chade, Costa Rica, República Democrática do Congo, Libéria, Madagascar, Nigéria e Serra Leoa, o que resultou no aumento do número de países que fizeram essa submissão, agora num total de 40.

Referências

Fontes: *Advance unedited versions: “Sharm el-Sheikh Implementation Plan”, Decision CP 27; “Funding arrangements for responding to loss and damage associated with the adverse effects of climate change, including a focus on addressing loss and damage”; “Santiago network for averting, minimizing and addressing loss and damage under the Warsaw International Mechanism for Loss and Damage associated with Climate Change Impacts”; “National adaptation plans”; “Guidance on the implementation of Article 6 of the Kyoto Protocol”*

- [Decisions taken at the Sharm El-Sheikh Climate Change Conference - Advance unedited versions | UNFCCC](#)
- [COP27 Reaches Breakthrough Agreement on New “Loss and Damage” Fund for Vulnerable Countries | UNFCCC](#)

A Organização Meteorológica Mundial divulgou estudo durante a COP-27:

02

Referências

Últimos oito anos podem ser os mais quentes já registrados, alerta agência da ONU | Mundo | Valor Econômico (globo.com)

03

O Banco Mundial, organização histórica criada após o término da Segunda Guerra Mundial, anunciou durante a COP-27 o SCALE (*Scaling Climate Action by Lowering Emissions*), um programa de financiamento patrocinado por investidores privados, governos doadores e fundações, que visa efetuar pagamentos para os países em desenvolvimento que conseguirem executar projetos e reduzir as emissões de carbono, contribuindo assim com suas metas nacionais.

Referências

- [Banco Mundial apresenta novo fundo para redução das emissões de gases de efeito estufa | COP27 | Valor Econômico \(globo.com\)](#)

Texto inédito sobre “Perdas e Danos”:

04

Referências

- [COP 27 chega a acordo sobre fundo para perdas e danos | Mundo | Valor Econômico \(globo.com\)](#)
- [COP enterra meta de limitar aquecimento a 1,5°C, diz cientista sueco | Mundo | Valor Econômico \(globo.com\)](#)



Governança Global (Especial COP27)

05

A Conferência das Partes de Biodiversidade, COP-15, é iniciada após o término da COP-27, e tem como meta chave o Marco Global para a Biodiversidade.

Referências

- [Conferência de biodiversidade \(COP 15\) começa com impasses e risco de naufragar | Mundo | Valor Econômico \(globo.com\)](#)

06

O Brasil ratificou a chamada “Emenda de Kigali”, a fim de combater o aquecimento global através da “redução do consumo de HFCs (Hidrofluorcarbonos) de modo escalonado até 2045”. Além do Brasil, ratificaram também os EUA, sendo que já há, ao todo, 140 países com status ratificado. A Emenda situa-se no âmbito do Protocolo de Montreal e é previsto que seu cumprimento reduza em 0,4°C a temperatura no planeta. Com a ratificação, a indústria nacional passa a ter porta aberta para “recursos internacionais” com objetivo de transformar as linhas de produção a ajustar-se ao compromisso.

- a. *“O país se compromete a congelar a linha de base do consumo de HFCs em 2024 e reduzir em 10% o consumo até 2029”.*

Referências

- [Brasil ratifica Emenda de Kigali para combater aquecimento global — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](#)
- [Brasil ganha competitividade com aprovação de decreto que reduz uso de HFCs, avalia CNI - Agência de Notícias da Indústria \(portaldaindustria.com.br\)](#)



Retrospectiva 2022 Frameworks

- Novo padrão para relato de GEE (Gases de Efeito Estufa) ao segmento de *private equity* do mercado financeiro.

Initiative Climate International Publishes new standard for GHG accounting and reporting in private equity

- Novo padrão setorial para setor de vestuário do SASB (Conselho de Padrões Contábeis de Sustentabilidade), publicado pelo *Value Reporting Foundation*. Entre as mudanças, está a nova definição conceitual de “matérias-primas” e as métricas que passam para medição absoluta e não mais em percentuais (relativo a materiais).

The Value Reporting Foundation Publishes Updated SASB Standard for the Apparel, Accessories & Footwear Industry Ahead of Transition to the ISSB

- O *World Business Council for Sustainable Development* e o *Institute of Internal Auditors* publicaram em julho o material “*Embedding ESG and sustainability considerations into the Three Lines Model*”. Neste material, a WBCSD (*World Business Council for Sustainable Development*) e a IIA (*The Institute of Internal Auditors*) colocam em foco três ações necessárias para incorporar o ESG nas três linhas de defesa (Órgãos de Governança; Gestão; Auditoria Interna): elaborar e ter em perspectiva os mecanismos de governança, engajamento com partes interessadas e concepção estratégica do relato ESG; na dimensão da gestão, ter em perspectiva uma abordagem “multi-capital”, avaliar a materialidade para comunicar a governança sobre os riscos, e garantia da qualidade dos dados e do reporte; do ponto de vista da auditoria interna, testar controles internos e ter segurança dos dados, inclusive antecipando regulamentações associadas a ESG e manter uma interação periódica e alinhada às demais linhas de defesa. O material também dá ênfase à metodologia da dupla materialidade. Você pode conferir e fazer o download no site abaixo:

WBCSD

- O IFRS Foundation (*International Financial Reporting Standards Foundation*) e o ISSB (*International Sustainability Standards Board*) tiveram sua primeira reunião em julho, onde foram debatidas prioridades e o processo de feedback acerca de dois rascunhos de padrões

que estavam em consulta: o “*General requirements for disclosure of sustainability-related financial information*” e o “*Climate related disclosures*”.

IFRS – ISSB – July, reaching an important milestone

- Em agosto, o *International Institute for Sustainable Development* publicou, com apoio do Banco Mundial, um conteúdo sobre proposta de uma “*taxonomia social*”. Segundo o material, a taxonomia social possui três perspectivas de aplicabilidade: para empresas, para investidores e para governos. A aplicabilidade parte de um “*sistema de atividades que promovem melhorias do bem e governança social*”. Algumas dessas atividades incluem criação de emprego, desenvolvimento das comunidades, empoderamento de gênero, oportunidades econômicas, promoção à incorporação de pequenas e médias empresas na cadeia de fornecimento, entre outras. Há também orientações sobre “*garantias sociais mínimas*” e questões que devem ser endereçadas. O sistema de atividades é dividido em dois grandes grupos: GP1 e GP2 (*Guiding Principles*, ou Princípios Orientadores, em português). O primeiro se refere à promoção do bem-estar social; o segundo, ao fortalecimento do respeito aos direitos humanos, bem como à conduta empresarial de governança.
- Setembro de 2022 coincidiu com o aniversário de 25 anos da mais conhecida iniciativa de relato ESG, o *Global Reporting Initiative* (GRI). A partir do ano que vem, entrarão em vigor as normas GRI revisitadas em sua versão 2023.



Frameworks ESG e GRC: novembro/dezembro

01

No calor da COP-27, e tratando de um assunto em que se vê cada vez mais a necessidade de um *framework* sólido, o GRI finalmente está em um estágio avançado de um *framework* de “Padrões de Biodiversidade”. O principal objetivo é consolidar de forma sistêmica as demandas que as empresas recebem na frente ambiental, a fim de avaliar, divulgar e reduzir seus impactos na biodiversidade. O *framework* deve ser publicado até o fim do próximo ano, podendo este ser um dos primeiros e mais relevantes *frameworks* de biodiversidade.

Referências

- [Global standard for biodiversity impacts one step closer](#)



Retrospectiva 2022 Regulamentações

- No Reino Unido, foi criada uma força-tarefa que estabelecerá regras para que as empresas financeiras e empresas listadas de capital aberto divulguem seu planejamento de transição para uma “economia *net zero* até 2050”. O foco do planejamento é a gestão dos riscos diante da dinâmica desta transição, estabelecendo metas e objetivos para mitigá-los.
- O Canadá passou a obrigar os bancos e seguradoras a relatar suas exposições a riscos climáticos, começando em 2024, com base no TCFD (*Task Force on Climate-Related Financial Disclosures*). A SEC (Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos) também já fez o movimento, assim como o Reino Unido. O país também prevê um financiamento da ordem de U\$ 9 bi, de acordo com seu “plano climático 2030”.
- Tendência que já reverbera no Brasil, os níveis de exigência de órgãos reguladores do mercado financeiro, como a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), para relato de informações ESG, têm sido observados pelo mercado.
- Diante da emergência de regulamentações que associam os investimentos e o comércio internacional ao contexto climático/ambiental — como, por exemplo, na União Europeia, que tem ampla base no estabelecimento da taxonomia (tendo sido aprovada em julho com o reconhecimento de que gás natural e energia nuclear são sustentáveis) —, um recente ato do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), ao dificultar a efetiva culpabilização pelo desmatamento, pode impactar os processos de exportações brasileiras no futuro, à medida em que regulamentações como a da União Europeia entram em vigor por lá e em outras regiões do mundo. Está em discussão no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio), por exemplo, o “*Environmental Goods Agreement (EGA)*”, que visa a redução tarifária sobre produtos que fomentam e são necessários na cadeia de valor da agenda ambiental para trânsito verde. Outras regulamentações podem nascer, em países ou blocos regionais e/ou multilaterais, seja visando a eliminação de tarifas ou impondo tarifas a produtos e serviços que têm alto impacto ambiental. Estas regulamentações deverão servir de régua para a alocação de investimentos e comércio, sendo concebidas como planos estruturais de desenvolvimento sustentável, mirando segurança energética e climática. A Bravo Research, braço de inteligência e insights da Bravo GRC, publicou um guia sobre regulamentações. Neste material, você encontra um levantamento com enfoque específico em governança e relatos de grandes corporações. [Confira aqui.](#)
- O Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (Cbam), na União Europeia, prevê a taxação de produtos importados com base nas emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa). Segundo estudo da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), o setor mais exposto a esse mecanismo no caso do Brasil seria o siderúrgico. O mecanismo está previsto para entrar em vigor a partir de 2026, mas já em 2023 vigorará uma “versão simplificada”. Internamente, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), no Brasil, pretende lançar uma autorregulação para limitar crédito a “refrigeradores ligados ao desmate ilegal na Amazônia”. Essas tendências de autorregulação e novas regulamentações associadas ao comércio exterior têm se esboçado com cada vez mais força e deverão ser um fator estratégico para muitos países.
- Com uma conexão direta com a gestão da cadeia de fornecedores, estão em ascensão políticas que visam dificultar o comércio de mercadorias produzidas a partir do uso de “trabalho forçado”. Este é o caso, por exemplo, da proposta de regulamentação da União Europeia, que visa inibir o comércio de produtos cujo uso de trabalho forçado tenha sido identificado ao longo da cadeia de geração de valor, seja na “produção, fabricação, colheita e extração”. Outro contexto em ascensão refere-se à proibição de comércio de *commodities* oriundas de processos de desmatamento. Como o Brasil é altamente dependente das exportações de *commodities*, haverá muita pressão da regulamentação na Europa, o que exigirá ações internas para que a produção esteja cada vez mais alinhada à preservação do meio ambiente. O Brasil tem protagonismo sobre o assunto e deve liderar transformações importantes, fortalecendo assim a sua inserção no comércio internacional como exportador de *commodities*.
- Explorando ainda um pouco do contexto de regulamentações, o ISS Governance traz um comparativo global de iniciativas que podem nos atualizar quanto ao assunto. O relatório avalia os tópicos de taxonomia, gestão dos riscos climáticos, gestão de riscos ESG e relato, Green Bond frameworks e ESG na administração/engajamento. [Acesse este material aqui.](#)



Regulamentações

01

O FED (*Federal Reserve*) divulgou uma série de princípios (*guidance*) para bancos com mais de 100 bilhões de dólares em ativos, relacionados ao monitoramento de riscos atrelados ao clima. As propostas ficarão em audiência pública por 60 dias e visam incorporar os riscos financeiros oriundos das mudanças climáticas e entender melhor a exposição a estes riscos e como mitigá-los. Dois tipos de riscos são colocados para as instituições financeiras: riscos físicos, relacionados a danos a pessoas ou propriedades em decorrência de eventos climático extremos; e riscos de transição, relacionados às tendências de desenho de políticas e padrões tecnológicos. Os princípios abrangem seis áreas: governança; políticas, procedimentos e limites; planejamento estratégico; gerenciamento de riscos; dados, medição de riscos e relatórios; análise de cenários.

Referências

- [Fed Releases Climate Risk Management Proposals for Big Banks](#)
- [FED revela estrutura de gerenciamento de risco climático para bancos e muito mais \(carboncreditmarkets.com\)](#)

02

Foi aprovada na União Europeia a regulamentação sobre *commodities* oriundas de desmatamento.

Referências

- [Em vitória histórica para florestas, UE aprova lei antidesmatamento - OC | Observatório do Clima](#)

03

No Brasil, o Banco Central lançou uma Instrução Normativa que dá aos bancos diretrizes para informar a contabilização de “ativos de sustentabilidade”, incluindo-se aí os créditos de carbono nos seus balanços financeiros. Resumidamente, distingue-se em duas formas: caso o crédito tenha sido adquirido objetivando o lucro e caso tenha sido realmente para compensar suas próprias emissões. No primeiro caso, os créditos devem ser contabilizados pelo “valor justo”, onde são apresentadas as variações (perdas e ganhos) no DRE (Demonstração do Resultado do Exercício); já no segundo caso, a contabilização segue o menor valor, considerando “custo de aquisição” ou “valor justo”. A Instrução ainda traz considerações sobre “passivos climáticos”, onde poderão ser contabilizados como “provisão para contingências”.

Referências

- [Banco Central define como bancos devem registrar créditos de carbono | Reset \(capitalreset.com\)](#)



Retrospectiva 2022 Estratégias Empresariais, Investimento e Mercado Financeiro

Este ano, tivemos diversas práticas e estratégias divulgadas pelas companhias e fundos. Aqui mencionaremos algumas, mas lembramos que, caso o leitor queira se aprofundar nessas práticas, recomendamos a leitura das demais edições do Research+ lançados ao longo do ano.

- No varejo, C&A “lança metas de sustentabilidade” para uma agenda até 2030, com foco em seus fornecedores, para incentivar o uso de matérias-primas mais sustentáveis. Outra gigante do varejo de moda, a Renner também pressionará mais sua cadeia de fornecedores para reduzir as emissões de CO2 até 2030, enquadradas na categoria de escopo 3, definida pelo GHG Protocol.
- Juntando três pontas (bancos, empresas e sociedade) para a geração de valor sustentável, os bancos (privados ou públicos) provêm financiamento aos agentes que possuem projetos sustentáveis estruturados com base em padrões específicos, permitindo otimizar resultados econômico-financeiros e atuar com responsabilidade corporativa. No Brasil, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) vem atuando como importante elo dessas pontas, lançando seu primeiro edital de *Blended Finance*. Na Alemanha, com outra tática, a partir de 2023 o *Deutsche Bank* passará a avaliar criteriosamente seus fornecedores nos quesitos de sustentabilidade e ESG — eles terão que apresentar o desempenho exigido pela nova política.
- BNDES planeja exigir a ‘contabilidade do carbono’ em uma das etapas do seu processo de financiamento para projetos, na qual será necessário avaliar as emissões. A medida pode melhorar as informações sobre emissão de carbono nas empresas brasileiras e incentivar as tomadoras de crédito do BNDES a estruturar processos em torno da questão, viabilizando o alinhamento das organizações brasileiras às práticas em emergência no mercado internacional.
- A estratégia de compra de outras empresas para alavancar metas de sustentabilidade foi colocada em prática pela Braskem, que pretende “escalar a produção de plástico reciclado” ao adquirir a Wise. As empresas têm cada vez mais colocado em prática estratégias de transição para fontes energéticas renováveis, além de aumentar o nível na gestão do mesmo ponto em relação aos fornecedores, como é o caso da Orsted, que exige que seus fornecedores usem 100% de energia renovável até 2025.
- Do ponto de vista da Governança, a nomeação de C-Levels de Sustentabilidade foi, por exemplo, uma estratégia da Ahold Delhaize, do setor de varejo.
- Outra estratégia foi observada na Visa, que lançou um “ecopacote de benefícios”. Essa estratégia pode ser estendida para outros setores, uma vez que podemos entendê-la, em abstrato, através da diversificação de soluções baseada em critérios eco, significando a própria diversificação eco das políticas comerciais. Isso promoveria, em última instância, a busca de práticas ambientais positivas por parte de compradores, atingindo as duas pontas da cadeia: fornecedores e consumidor final/cliente.



Estratégias Empresariais, Investimento e Mercado Financeiro (ESG e GRC): novembro/dezembro

01

69% das companhias do IBRx (top 100 empresas mais negociadas na Bolsa) possuem remuneração atrelada a ESG. Em setores como agricultura, siderurgia e mineração, e papel e celulose, o percentual chega a 100%, enquanto setores como imobiliários (33%), não-financeiro (33%), e educação e saúde (50%) ficam abaixo da média.

Referências

- [Sete em cada 10 empresas do IBRx 100 incorporam metas ESG em remuneração de funcionários, mostra Santander](#)

02

Revolução à vista no setor de aviação? A Airbus anunciou teste com modelo A380 movido a hidrogênio. De outro lado, a Amazon propõe ser “Water Positive” até 2030, mas o que é isso? Significa que a empresa tem a meta de disponibilizar mais água à sociedade do que o volume usado em suas operações diretas, ou seja, mediante diversas estratégias, procura-se maior eficiência e participação em projetos, inclusive de saneamento, por exemplo, que levem ou reusem a água para comunidades num volume superior ao das operações. Assim, o saldo fica positivo, e a empresa, além de compensar a utilização da água, acaba gerando o impacto positivo de distribuir o recurso.

Referências

- [Airbus to Test Hydrogen Powered Aircraft Engine on A380 - ESG Today](#)
- [Amazon’s AWS Pledges to be Water Positive by 2030 - ESG Today](#)
- [Em plano estratégico, Petrobras diz que estuda hidrogênio e eólicas offshore | Reset \(capitalreset.com\)](#)

03

Atualmente, está em vigor a lei de cotas PcDs para empresas com mais de 100 funcionários. Porém, apesar da exigência legal, a realidade é que as empresas têm dificuldade em inserir os profissionais de maneira mais estruturada e endógena à organização. Segundo a pesquisa “Pessoas com Deficiência e Empregabilidade”, realizada pela Noz Inteligência, 60% dos PcDs consultados disseram que nunca haviam sido promovidos e 70% sentem que sofrem ou já sofreram preconceito em algum momento. Esses números evidenciam que as empresas precisam promover conscientização e planejamentos mais inclusivos tanto para carreira quanto no convívio profissional, adotando ciclos de palestras, grupos de afinidade e/ou projetos específicos focados em gestão com elevada diversidade e mais horizontal. Da mesma forma, é importante que os departamentos pessoais e a gestão assumam compromissos e metas para progressão de carreira.

No contexto da Lei de Cotas para critérios de raça e renda para Instituições Federais de Ensino Superior, apesar de alguma melhora no Índice ESG de Equidade Racial, criado pela Associação Pacto de Promoção da Equidade Racial, que mede a participação de determinado grupo na massa salarial, ainda assim, na região sudeste, por exemplo, “a mulher negra recebe 62% do rendimento de uma branca”.

Segundo a definição do site do Pacto: “O IER representa uma métrica que permite avaliar o grau de divergência da distribuição das ocupações por raça em uma determinada unidade, em relação a distribuição racial de uma população de referência (no mesmo exemplo, a população economicamente ativa, PEA). As unidades de análise podem ser empresas, setores ou regiões”

Referências

- [PCD tem mais dificuldade para ser promovido no trabalho | Carreira | Valor Econômico \(globo.com\)](#)
- [Índice mede a desigualdade das mulheres negras no mercado de trabalho | Reset \(capitalreset.com\)](#)
- [IEER \(pactopelaequidaderacial.org.br\)](#)

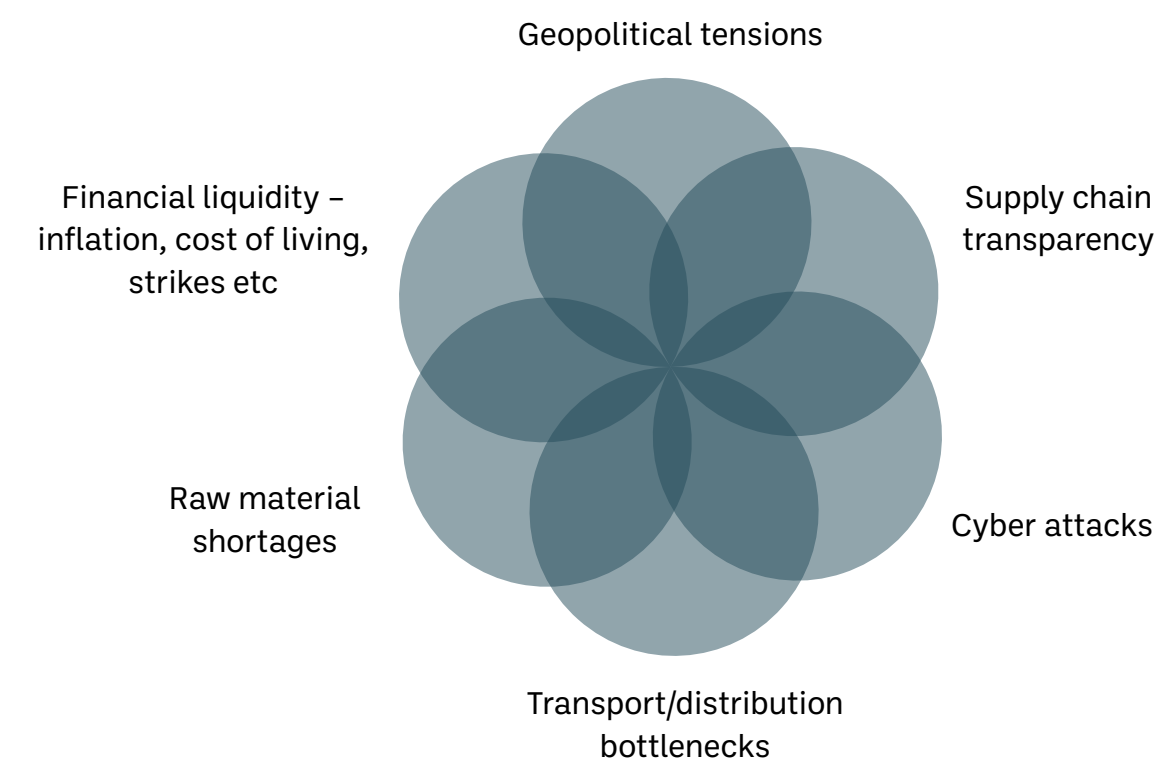


Retrospectiva 2022 Gestão de Riscos e Governança Corporativa

01

- O *Science Based Targets Initiative* (SBTi) divulgou em seu relatório de 2021 que o número de empresas que estão “trabalhando” com eles está em 2253. Contudo, o universo de empresas mostra-se geograficamente assimétrico, uma vez que são majoritariamente europeias (55%), asiáticas (20%) e norte-americanas (18%).
- Confira o interessante e urgente artigo da *Enterprise Risk Magazine*, que cita o relatório de pesquisa do ECIIA (*European Confederation of Institutes of Internal Auditing*) e aponta que, para os CAE (*Chief Auditing Executives*), as organizações enfrentam atualmente os seguintes top 3 riscos: cibersegurança e segurança dos dados; capital humano, diversidade e gestão de talentos; incertezas macroeconômicas e geopolíticas. Tanto o artigo quanto a pesquisa citada apontam para a importância de assimilar na gestão de riscos e nos frameworks a natureza sistêmica dos tempos atuais, principalmente após a pandemia, a Guerra da Ucrânia e no contexto das mudanças climáticas e da incerteza que ronda o tema quanto à viabilidade de se atingir as metas do Acordo de Paris. O artigo afirma que, neste cenário, as “taxonomias de riscos em silos estão obsoletas”. Veja a seguir uma imagem sobre como a natureza sistêmica dos riscos foi abordada na pesquisa:

Venn Diagram Illustrating the Perfect Storm of High-Impact Interlocking Risks



Fonte: ECIIA

- [Risk in Focus 2023](#)



Gestão de Riscos e Governança Corporativa

01

Um dos princípios mais importantes da Governança Corporativa é a Transparência. Em recente resolução da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), são colocados em debate temas referentes não somente à transparência, como também ao uso de inteligência artificial para capturar estratégias de investimentos do mercado.

Referências

- [Decisão da CVM para fundos gera polêmica | Finanças | Valor Econômico \(globo.com\)](#)
- [Maioria dos conselheiros do Cade vai mudar em 2023 | Política | Valor Econômico \(globo.com\)](#)

research +

Participaram dessa Edição:

Conteúdo: Ísis Campos Camarinha e Suelen Alice da Silva Zacharias

Revisão: Stella Maya

Diagramação: Lilian Og

